



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – RELATÓRIO TÉCNICO

INCLUSÃO ESCOLAR E AS BARREIRAS DA ACESSIBILIDADE: Um Estudo de Caso sobre uma Unidade de Ensino do Município de Volta Redonda.

*Sheila Maria da Silva Cesario–sheilacesario2010@gmail.com–UFF/ICHS
Matrícula 15113110278*

Resumo

O ponto de partida deste trabalho é a realidade escolar e sua forma de inserção nas condições impostas pelo governo quanto ao avanço de políticas públicas voltadas para o atendimento à pessoa com deficiência: inclusão e acessibilidade. O objetivo do trabalho é analisar as condições de acessibilidade em uma escola pública do município de Volta Redonda/RJ, traçando um paralelo entre a realidade da escola e os fundamentos legais da inclusão. O estudo de caso, fundamentado por uma metodologia qualitativa, busca compreender as tensões e desafios do trabalho dos profissionais da educação em escolas públicas e os paradigmas da inclusão de um aluno com deficiência, valendo-se de três instrumentos básicos para o levantamento das informações: a análise documental, entrevistas e observações. Os resultados do estudo demonstraram que a prática eficaz da inclusão escolar e acessibilidade depende da resolução de questões por parte do poder público, bem como da observância das normas estabelecidas em Lei, possibilitando à escola ser vista não só como um ambiente de construção de conhecimento, mas capaz de acolher as diferenças.

Palavras-chave: Inclusão; Acessibilidade; Qualidade da Educação, Pessoas com Deficiência.

1 – Introdução

De acordo com a Lei 13.146/15, Art.2º, considera-se pessoa com deficiência, aquela que possui restrição física, mental, intelectual ou sensorial. A lei não impõe que a restrição seja efetiva, mas de longo prazo e que assegure que o contato com determinadas barreiras possam impedir sua participação na sociedade em condições de igualdade (BRASIL, 2015).

A inclusão é um direito pelo qual todos os envolvidos na escola devem estar preparados. A acessibilidade é elemento vital para promover a inclusão social de pessoas com deficiência e, portanto, deve ser alvo de estudo sério e comprometido.

Segundo a Constituição Federal de 1988, Art. 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

O princípio afirmado na Declaração de Salamanca (1994), mostra as vantagens e a possibilidade da convivência entre diferentes, unificando-se pela educação inclusiva, alcançando assim a cidadania com qualidade de vida.



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – RELATÓRIO TÉCNICO

Tendo em vista este princípio, o movimento da inclusão responsabiliza a sociedade e a escola por educar e acolher a todos e suas diversidades, transformando, assim, a escola em um lugar de inclusão desde sua estrutura física, criando ambientes estimuladores e não estereotipados, fazendo com que o profissional da educação assuma a convicção de que todos são capazes de aprender.

O indivíduo não se resume na sua deficiência, por isso, deve-se conhecer suas capacidades e propor ações para desenvolvê-las de acordo com suas especificidades.

O estudo sobre o tema é uma importante ferramenta de reflexão e problematização, tendo como objetivo a garantia à desmistificação da visão comum de que as pessoas com deficiência jamais poderiam estar na rede regular de ensino.

O objeto de estudo é a Escola Municipal Damião Medeiros, localizada no município de Volta Redonda/RJ. Estudar essa escola se faz importante por se tratar de uma escola pública municipal, que apesar de suas deficiências estruturais e arquitetônicas, procura oferecer um ensino de qualidade, em um ambiente escolar cheio de limitações, que deveria ter sido preparado pela Administração Pública Municipal para acolher a todos.

Assim, cabe o questionamento: apesar de todas as dificuldades estruturais, entre outras, de que forma a Escola Damião Medeiros atua no contexto da inclusão para com seus alunos com deficiência (PcD)?

Seguindo, portanto, essa questão, o presente trabalho terá por objetivo geral analisar as condições de acessibilidade em uma escola pública do município de Volta Redonda/RJ, traçando um paralelo entre a realidade da escola e os fundamentos legais da inclusão. Para tanto, foram observadas as estruturas físicas e de pessoal, buscando identificar se a instituição está em consonância com o que determina a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, NBR 9050/04, que estabelece as principais normas para a acessibilidade de pessoa com deficiência no país e, principalmente, se a escola está de acordo com o que é previsto na Lei.

Os objetivos específicos do trabalho são: i) avaliar se uma escola de ensino regular está preparada para receber alunos com deficiência; ii) investigar a realidade de acesso da pessoa com deficiência no meio escolar, bem como mecanismos legais, programas sociais e meios de apoio, sem qualquer presunção de esgotar o tema, buscando tão somente contribuir para o seu aprofundamento.



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – RELATÓRIO TÉCNICO

A abordagem do estudo é qualitativa e busca apresentar questões que envolvam a legislação acerca da inclusão; levantar conceitos científicos para melhor entendimento, analisar a importância da inclusão dos PcD's (Pessoas com Deficiência), para seu desenvolvimento e inserção na sociedade em condição de igualdade; apresentar ações e intervenções de acordo com a realidade da escola estudada e que contribua para inclusão tanto do aluno em questão, quanto para os demais, levando em conta as deficiências estruturais que a escola apresenta, estas ocasionadas pela falta de valorização e execução das Políticas Públicas Municipais, e da Secretaria Municipal de Educação, voltadas para as Pessoas com Deficiência (PcD). Políticas estas, que deveriam abraçar a causa da inclusão, que é garantida e prescrita pela legislação e responsabilidade tanto de instituições privadas quanto públicas.

Para explanação do tema, o presente trabalho está estruturado da seguinte forma: Inicialmente serão abordados conceitos sobre os temas centrais do estudo, como PcD, inclusão, acessibilidade e princípios afirmados na Legislação Brasileira. Após, o estudo de caso em si, considerando o cenário atual da instituição com suas limitações. Logo após, o referencial teórico no qual a pesquisa foi embasada, buscando apoio nos estudos produzidos por Dutra (1998/2008), Lacerda (2006), Sasaki (2002), Santana (2017), entre outros, Constituição Federal de 1988 e Legislação Brasileira; Mais tarde será visto o plano de ação e intervenção, e sugestões de melhorias. E, por fim, a conclusão, trazendo à tona resposta quanto ao questionamento inicial: De que forma a Escola Damião Medeiros atua no contexto da inclusão para com seus alunos com deficiência (PcD)?

2 – Apresentação do Caso e Diagnóstico

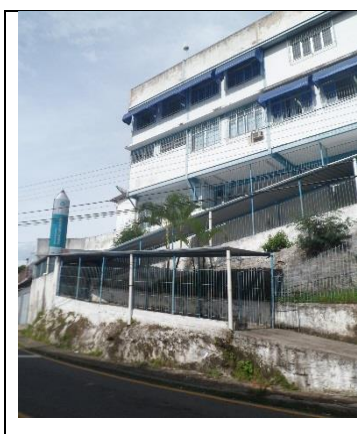
A instituição de ensino analisada é a Escola Municipal Damião Medeiros, localizada em região urbana, no Bairro Ponte Alta, município de Volta Redonda/RJ. A Escola atende 389 alunos, dentre estes, 04 alunos com deficiência, do 1º ao 5º ano de Escolaridade, nos horários de 07h00min às 11h30min e de 13h00min às 17h30min, na faixa etária de 6 a 11 anos. A instituição conta com 12 regentes de classe, entre concursados e contratados da Rede Municipal, não contemplados com capacitações para atenderem à inclusão e que, têm que adequar suas aulas para atenderem todas as necessidades dos alunos, inclusive recreativas e apoio na hora da refeição, devido ao número reduzido de funcionários na escola. A Instituição também conta

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – RELATÓRIO TÉCNICO

com 1 Diretora Geral, 1 Diretora Adjunta, 1 Secretária, 1 Supervisora, 02 funcionárias de apoio e com um Conselho Comunitário Escolar (CCE), formado pela Direção, pais e funcionários, com sua documentação registrada em cartório, com atuação legalizada para representar a instituição diante dos órgãos públicos e particulares. Possui Projeto Político Pedagógico (PPP), documento que define suas ações.

Visualiza-se que esta instituição municipal apresenta dificuldade em atender a inclusão, por falta de recursos materiais e estruturais. A estrutura física da Escola Municipal Damiano Medeiros não apresenta acessibilidade arquitetônica para atender os casos de inclusão. É dividida em três andares, sendo o acesso no interior da escola somente por escadas.

Quadro 1: Parte frontal da escola e suas características de acessibilidade

	<p>Características de acessibilidade da escola: Possui rampa na entrada para acesso dos cadeirantes, portadores de deficiência e demais pessoas ao 1º andar. Possui banheiro adequado a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida.</p> <p>Características de inacessibilidade da escola: Não há barra de apoio (corrimão) na rampa e interior da escola, bebedouro acessível, computadores acessíveis, livros em formato acessível, máquina de escrever em braile, materiais esportivos para pessoas com deficiência, mobiliário para pessoa com deficiência, periféricos para acessibilidade, scanners com voz, softwares para acessibilidade, cadeiras de rodas, sala de recursos, rampa de acesso aos outros dois andares, laboratórios de informática específicos para deficientes, elevadores, cuidadores.</p>
--	---

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Para o perfeito funcionamento além da estrutura da escola, as pessoas nela inseridas deveriam estar preparadas e capacitadas para lidar com a inclusão, para receber esses alunos e conseguir de forma satisfatória e com qualidade atender as especificidades de cada um. A condição para que a escola atenda aos interesses de todos é assegurar um ensino que atenda a diferenças entre os alunos, garantido assim a igualdade.

Devido ao espaço físico da escola, que não foi arquitetado corretamente, o pátio, cozinha, refeitório e a única sala no 1º andar, capaz de atender às pessoas com deficiência, praticamente se dividem. As aulas de educação física são realizadas nesse mesmo espaço e por conseguinte, observou-se que o barulho extremo dentro ou fora da sala de aula provocava um intenso quadro de estresse, que levava a professora, em momentos de desespero e sensação de incapacidade, a abandonar a sala de aula.



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – RELATÓRIO TÉCNICO

Uma situação difícil para a escola que tem o dever de incluir uma criança e não excluí-la, e que não tem autonomia para efetuar contratações ou demissões de profissionais da Educação. Seus recursos, que provêm da verba do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), através do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), regido pela Lei 11.947/09, não podem ser utilizados para esse fim. Além disso, de acordo com a Deliberação nº 433/62, do município de Volta Redonda, todos os cargos de provimento de caráter efetivo ou por contrato deverão ser preenchidos por meio de concurso público.

Em uma entrevista semiestruturada realizada com três professoras, escolhidas por desempenharem atividades extraclasse, de Educação Física, Informática e Sala de Leitura, no ano de 2017, observou-se dificuldade das mesmas em ministrar suas aulas a alunos com deficiência, pois elas são solicitadas a exercerem o papel de cuidadora dos mesmos, impedindo que suas aulas sejam mais efetivas. Fato este que, segundo as professoras, também acontece com as funcionárias de apoio que, quando solicitadas, deixam seus afazeres para prestarem a mesma assistência.

Segundo a Secretaria Municipal de Educação (SME), faz-se necessário que haja mais fundamentos do que os apresentados pela escola, para adequar um aluno com deficiência ao atendimento da Seção de Educação Especial, de forma que este tenha direito a uma cuidadora que o auxilie nas atividades propostas.

Pode-se pensar ser impossível fazer a inclusão de um aluno com deficiência (PcD) numa escola regular, quando o mesmo parece necessitar de uma atenção maior, que só uma escola especializada pode oferecer. O que esta criança necessita é um atendimento diferenciado dentro da rede regular de ensino, que venha ao encontro com suas especificidades, de forma que ela consiga, através de métodos e técnicas de ensino, se desenvolver, aprender e interagir com as demais crianças e pessoas.

Por isso, faz-se necessário propostas de melhoria, pois os problemas apresentados impedem que haja um serviço eficiente por parte da escola e a possibilidade de se oferecer a inclusão, acessibilidade e um ensino de qualidade à pessoa com deficiência.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – RELATÓRIO TÉCNICO

No quadro a seguir, observa-se os principais problemas encontrados:

Quadro 2. Síntese dos principais problemas encontrados e suas causas.

Problema	Causa
Dificuldades de acesso dentro da escola.	Escola de 3 andares, com acesso somente por escadas.
Aluno com quadro de estresse devido ao tempo de permanência na escola	Barulho excessivo da aula de Educação Física próximo à sala do aluno.
Professores extraclasse e funcionários de apoio deixando seus afazeres para cuidar do aluno.	Falta de contratação de profissionais pela Administração Municipal.
Docente despreparada para a inclusão	Profissionais sem cursos de capacitação por motivo de redução de gastos.
Espaço	Pátio junto com refeitório. Recreio, aulas de Educação Física, almoço.

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

3 – Referencial Teórico

3.1 – Historicidade e marco normativo da educação inclusiva

De acordo com a legislação, o atendimento educacional às pessoas com deficiência foi fundamentado em 1961 pelas disposições da “Lei nº 4.024/61- Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a qual apontou o direito dos excepcionais à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino” (BRASIL, 1961).

Em 1973, segundo Dutra (2008, p.7), o Ministério da Educação e Cultura (MEC) cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), “que impulsionou ações educativas voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação, mas ainda configuradas por campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado”.

Nesta época, não se pôde falar ainda em inclusão, pois só permaneceu uma concepção de “políticas especiais” para alunos com deficiência, não havendo no ensino regular, um atendimento especializado, de acordo com as especificidades da pessoa com deficiência (PcD).

De acordo com a Constituição Federal de 1988 “deve-se promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1998, art.3º, inciso IV). A Constituição Federal de 1988 também definiu a “educação como um direito de todos” (BRASIL, 1998, art.205), estabelecendo em seu artigo 206, inciso I, a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” e, que, tem como princípio



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – RELATÓRIO TÉCNICO

(artigo 208, III) “como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988).

A Declaração de Salamanca (1994), é considerada um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social, ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para Todos de 1990. Ela é o resultado de uma tendência mundial que consolidou a educação inclusiva, e cuja origem tem sido atribuída aos movimentos de direitos humanos e de desinstitucionalização manicomial que surgiram a partir das décadas de 60 e 70.

A Política Nacional de Educação Especial é publicada no ano de 1994, orientando o processo de “integração instrucional”, que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (BRASIL, 1994, p.19). Ainda assim, essa Política manteve a responsabilidade da educação para alunos portadores de deficiência exclusivamente no âmbito da educação especial.

A atual LDB, através da Lei nº 9.394/96, em seu artigo 59, I e II preconiza que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos portadores de deficiência, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados (BRASIL, 1996).

O Decreto nº 3.298/99, que regulamenta a Lei 7.853/89, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e define a educação especial como “uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular” (BRASIL, 1999).

Acompanhando o processo de mudança, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º determinam que todos os sistemas de ensino devem se organizar de forma a atender os estudantes, incluindo os alunos com deficiência, proporcionando um ensino de qualidade a todos (MEC/SEESP, 2001).

Se por um lado a legislação estabeleceu objetivos e metas para que os sistemas de ensino favoreçam o atendimento às necessidades educacionais da Pessoa com deficiência (PcD), por



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – RELATÓRIO TÉCNICO

outro é apontado um déficit de vagas para estes alunos, além de problemas como: a formação docente, a acessibilidade física e o atendimento educacional especializado.

A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/01, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas. Este Decreto tem importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação, adotado para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização (BRASIL, 2001).

O Programa Educação Inclusiva de 2003, estabeleceu que o direito à diversidade tem como objetivo apoiar a transformação do ensino em sistemas educacionais inclusivos, com amplo processo de formação de gestores e educação com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, o que garante a todos o acesso à escolarização, com o atendimento educacional especializado (BRASILIA, 2003).

Para Glat, Fontes e Pletsch (2006, p.6), a Educação Especial se constitui como:

Um arcabouço consistente de conhecimentos teóricos e práticos, estratégias, metodologias, recursos, para auxiliar a promoção da aprendizagem de alunos com deficiências e outros comprometimentos. A experiência tanto brasileira, quanto internacional, vem mostrando que, sem tal suporte, dificilmente a proposta de educação Inclusiva pode ser implementada com sucesso (GLAT, FONTES e PLETSCHE, 2006, p.6).

Em 2004, o Ministério Público Federal publica o documento “O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular”, que de acordo com Dutra (2008, p.9), “tem o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular”.

Ainda segundo Dutra (2008, p. 11), foram vários os documentos criados no Brasil acerca da inclusão, tendo por fim, em 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), reafirmado pela Agenda Social, tendo como eixos a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, acesso e a permanência das pessoas com deficiência no ensino superior e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC), que é a garantia de um salário mínimo mensal ao idoso acima de 65 anos ou à pessoa



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – RELATÓRIO TÉCNICO

com deficiência de qualquer idade com impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo.

3.2 - Educação Inclusiva e Acessibilidade no Brasil

O movimento da educação inclusiva envolve aspectos políticos, sociais, culturais e pedagógicos. Trata-se de um movimento que busca garantir a defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, desenvolvendo e aprendendo juntos, sem qualquer tipo de discriminação. Trata-se de um paradigma educacional que preza pelos direitos humanos, que busca igualdade (BRASIL, 1994).

A inclusão visa à oportunidade em condição de igualdade, possibilitando àqueles que têm especificidades diferentes fazer parte do mesmo grupo, aprendendo e se desenvolvendo com igualdade e através da mesma metodologia de ensino.

O benefício da inclusão não se limita à criança com deficiência, mas se estende a todos cujas barreiras possam impedi-los de alcançar seus objetivos (DUTRA, 2008; FERREIRA, 2005; SASSAKI, 2002).

A família tem papel importante na inclusão da pessoa com deficiência, independente das barreiras físicas e sociais, apoiando-os na sua participação e inserção nos recursos oferecidos pela sociedade (SANTANA, 2017).

Mantoan (2001, p. 54) afirma que, “só combateremos a exclusão escolar na medida em que as escolas se tornarem aptas para incluir, incondicionalmente, todos os seus alunos em um único sistema”.

Isto implica em planejamento e ações que visem o combate a segregação e a exclusão. A Escola Inclusiva respeita as diferenças e trabalha em cima da realidade de seus alunos através de conteúdos concretos, procurando garantir a todos um ensino de qualidade, acreditando que todos terão as mesmas oportunidades e lutarão por uma sociedade democrática e justa (GIL, 2005, p.16).

“Conforme as leis, as escolas também necessitam estar preparadas para que possam receber todos os tipos de alunos, pois o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, define prazos para a garantia de acessibilidade, sob pena de não autorização para o funcionamento” (DURAN; PRADO, 2006).

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – RELATÓRIO TÉCNICO

Fiegenbaum (2009, p.13) define a acessibilidade como “oportunidade do uso seguro e com autonomia dos espaços físicos, mobiliários, transportes e meios de comunicação por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida”.

Na escola inclusiva, a adequação do espaço é fundamental para que o aluno com deficiência participe de forma plena de todas as atividades, mas a acessibilidade não se resume somente em estruturas de acesso, mas num conjunto de ações que são asseguradas pela legislação brasileira. O acesso de alunos com deficiência à escola regular, além de promover seu desenvolvimento pessoal, proporciona a escolarização de maneira efetiva e auxilia para que os mesmos sejam capazes de aprender e serem autônomos.

A Lei 10.098/00 regulamenta a promoção da acessibilidade da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, através da eliminação de barreiras, garantindo assim a igualdade, o direito de ir e vir e a construção de uma sociedade que respeite aqueles que, apenas aparentemente, diferem de nós (BRASIL, 2000).

4 – Plano de Ação

Tabela 1 – Plano de Ação					
Estudo de caso de inclusão na rede municipal de ensino de aluno com deficiência (PCD)					
O que (What)	Onde (Where)	Por quê (Why)	Quando (When)	Quem (Who)	Como (How)
Adequação da escola ao PCD específico	E. M. Damião Medeiros	Está vinculado e exigido na legislação brasileira	Imediato	Direção escolar	Utilizar mais ferramentas de ensino que se adequem a especificidade dos PCD's
Construção de elevador para acesso das pessoas com deficiência e barras de apoio	E. M. Damião Medeiros	A escola tem estrutura arquitetônica de 3 andares. Os alunos com deficiência ficam impossibilitados de ter acesso à sala de informática, sala de música, sala de Leitura e sala de vídeo que ficam no 2º e 3º andar.	Indeterminado	Setor de Manutenção (SME)	Realizando reformas na estrutura da escola
Diminuição do horário de permanência na escola, para de 7:00 às 9:00	E. M. Damião Medeiros	O recreio ocorre de 9:00 as 09:35. O barulho extremo e a falta de recursos de acessibilidade deixam os alunos com deficiência em quadro de estresse.	Indeterminado	Departamento Pedagógico (SME)	Solicitando autorização para diminuir a carga horária do aluno PcD
Contratação de Cuidadores, Auxiliares de Educação Infantil, Disciplinários e Professores habilitados	E. M. Damião Medeiros	O aluno com deficiência teria um profissional especialmente para atendê-lo e auxiliá-lo nas atividades propostas. Um professor habilitado para atender a inclusão seria capaz de trabalhar as especificidades do aluno PcD.	Indeterminado	Departamento Geral Administrativo (SME)	Solicitando os Profissionais ao Setor de Pessoal (DGA/SME)
Construção de uma quadra	E. M. Damião Medeiros	A aula de Educação Física no mesmo espaço do refeitório, pátio e sala de aula do 1º andar, gera excesso de barulho, acidentes e impede a concentração dos alunos e ação do professor em sala.	Indeterminado	Setor de Manutenção (SME)	Realizando reformas na estrutura da escola
Treinar os profissionais de educação da escola para receber e atender os PCD's	E. M. Damião Medeiros	Para que se capacitem a atender as diferenças dos PCD's	Imediato	Departamento Pedagógico (SME)	Realizando treinamentos e palestras com os profissionais com o apoio da SME
Conscientização dos demais alunos sobre os PCD's	E. M. Damião Medeiros	Para que os alunos possam entender e respeitar o tema da diversidade	Imediato	Direção escolar	Realizando treinamentos e palestras com os alunos

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – RELATÓRIO TÉCNICO

Para que o processo de inclusão da pessoa com deficiência em rede regular de ensino ocorra de forma eficaz, faz-se necessário traçar estratégias que facilitem a implementação de propostas de melhoria, que auxiliem na transformação da escola tradicional em escola inclusiva, estabelecendo adaptações que possam contribuir de forma simples, prática e abrangente na adequação da escola à pessoa com deficiência.

Para que estas propostas de melhoria sejam cumpridas é relevante que todos os pontos do plano de ação sejam respeitados e efetivados por todos os envolvidos. Sendo assim, segue um breve comentário sobre o plano de ação traçado. O primeiro item trata da adequação da escola ao PcD específico, um meio de estudo e planejamento para inclusão de novos alunos PcD's. O segundo item apresenta a importância da acessibilidade e do elevador em prédios, proporcionando aos PcD's a inclusão em igualdade de condições em todas as atividades oferecidas. O terceiro item explica a necessidade de inclusão do PcD, de acordo com suas especificidades, desta forma, remanejando o horário de suas aulas. O quarto item mostra a necessidade de a escola cumprir o que vem garantido em Lei, de atendimento educacional gratuito e especializado por profissionais habilitados em rede regular de ensino. O quinto item retrata a questão da melhoria da infraestrutura do prédio, com a construção de uma quadra de esportes. O sexto item demonstra a necessidade dos profissionais da escola serem capacitados para inclusão dos PCD's. O último item exprime a importância do respeito às minorias e a diversidade, ensinando aos demais alunos sobre a não-discriminação e conscientização da igualdade e humanidade, dentro e fora do ambiente escolar.

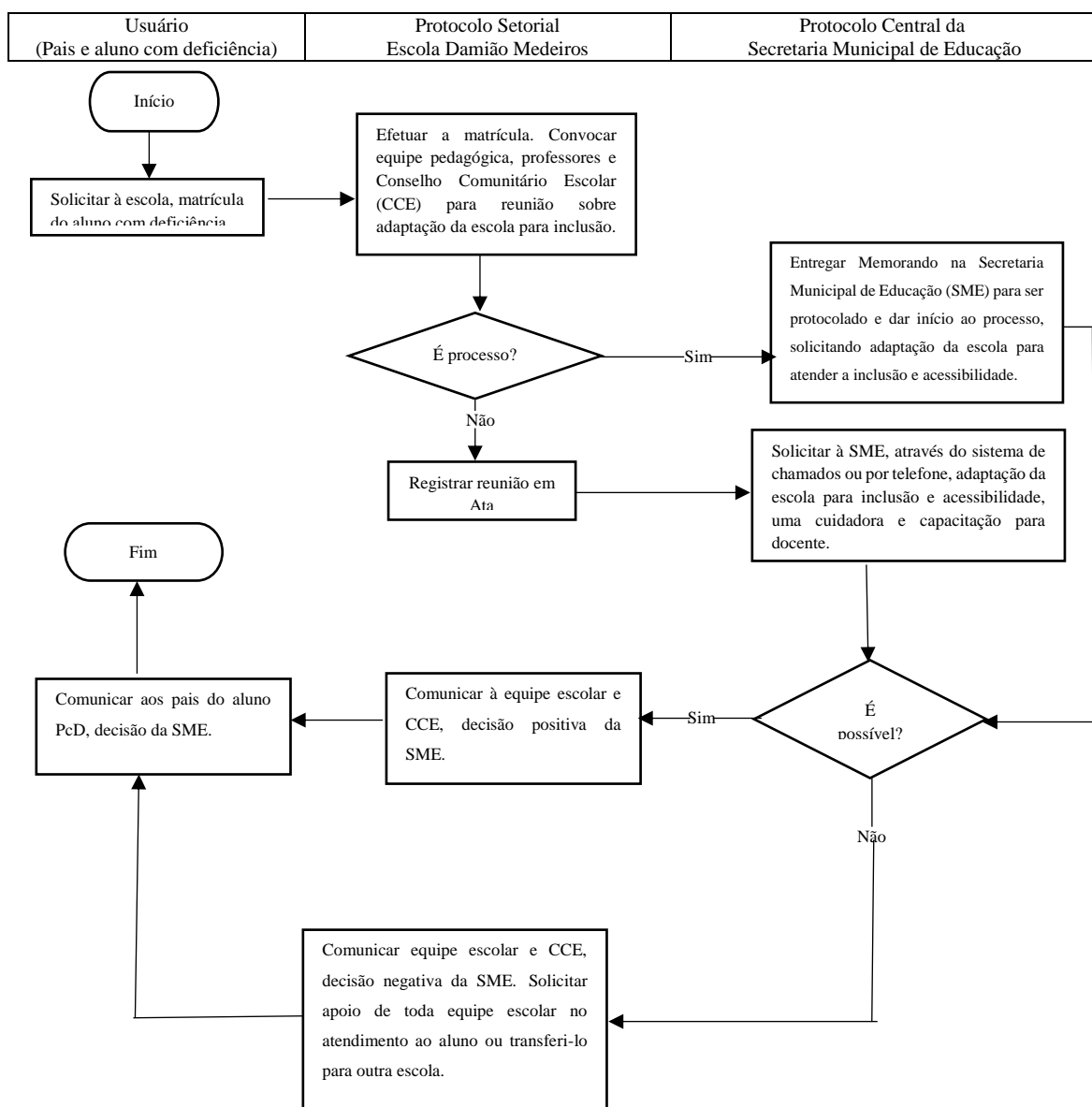
4.1 – Ações e intervenção

Inúmeras tentativas foram realizadas no intuito de se obter êxito no processo de inclusão de alunos com deficiência. As decisões mais importantes em relação à inclusão e acessibilidade, sempre foram tomadas em conjunto: Família x Escola x Equipe Médica x Secretaria de Educação x Comunidade. Solicitações de apoio foram encaminhadas à Prefeitura Municipal, à Secretaria Municipal de Educação e à Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), no sentido de que providências fossem tomadas para que a escola pudesse ter condições de oferecer uma educação inclusiva de qualidade, com acessibilidade e de acordo com as normas previstas em Lei.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – RELATÓRIO TÉCNICO

É válido buscar alternativas que minimizem os problemas e falhas encontrados. Os fluxogramas abaixo vêm graficamente mostrar o processo de melhorias para que a escola se torne inclusiva e acessível, considerando atividades e decisões, de forma a facilitar a identificação dos pontos críticos, propondo a minimização ou eliminação do problema.

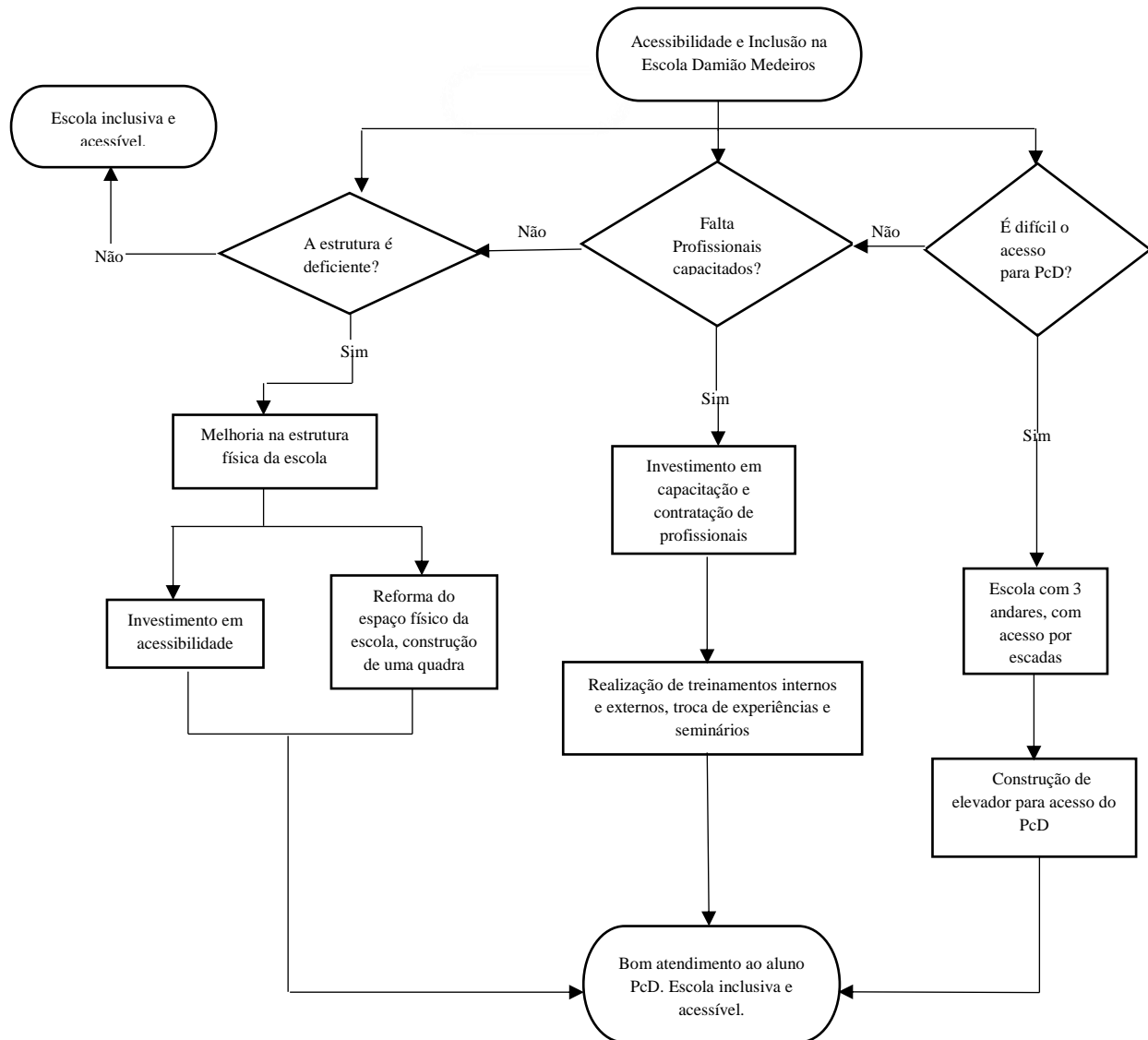
Figura 1: Fluxograma de Etapas do Processo de solicitação de melhorias na Inclusão e Acessibilidade de PcD.



Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – RELATÓRIO TÉCNICO

Figura 2: Fluxograma da situação atual e proposta de melhoria na Inclusão e Acessibilidade Escolar.



Fonte: Elaborado pelo autor (2017).



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – RELATÓRIO TÉCNICO

5 – Conclusão

Ao final desta pesquisa, foi possível alcançar os objetivos propostos de analisar as condições de acessibilidade em uma escola pública do município de Volta Redonda/RJ, no paralelo traçado entre a realidade escolar e os fundamentos legais da inclusão. Através das observações também foi realizada uma análise sobre o cotidiano da escola, verificando até que ponto a escola está realmente sendo um espaço inclusivo.

Foi observado que a escola, objeto deste estudo, ainda não se encontra dentro dos parâmetros das normas técnicas de acessibilidade da ABNT e do que é previsto em Lei. De acordo com a NBR 9050/04, a acessibilidade deve ser garantida em todos os ambientes da escola, o que não acontece de fato. Além disso, não está adaptada para receber pessoas com deficiências, que dependem deste aporte para que possam fazer parte da comunidade escolar. A falta de preparo do corpo docente foi outro ponto negativo observado.

A garantia de igualdade de direitos, prevista na Constituição Federal de 1988, em seu Art. 5º, nem sempre é cumprida em sua totalidade e as condições de acesso e permanência do PcD na escola em questão é ineficiente. Da mesma forma, verificou-se que os governos em âmbito municipal, estadual e federal, não cumpriram o Decreto nº 5296/04 que estabelece projetos de adaptação dos espaços para pessoas com deficiência. Apesar disso, é importante ressaltar que a escola tem buscado junto à Secretaria Municipal de Educação a possibilidade de eliminação das barreiras arquitetônicas, devido ao fato de que muitas ações de infraestrutura dependem de verbas municipais que geralmente não estão disponíveis.

Conforme evidenciado na literatura, “só combateremos a exclusão escolar na medida em que as escolas se tornarem aptas para incluir, incondicionalmente, todos os seus alunos em um único sistema” (MANTOAN, 2001, p.54).

O estudo de caso, que apresentou limitações no sentido de que o universo da pesquisa foi pequeno, por ter sido realizado em apenas uma escola da rede municipal de ensino, contou com o apoio de toda a equipe escolar para sua realização. Sugere-se para trabalhos futuros, estudos mais aprofundados envolvendo gestores municipais e estaduais sobre a acessibilidade em todos os setores públicos, bem como uma reflexão sobre a valorização de políticas públicas voltadas para a pessoa com deficiência, construção de projetos e definição de prioridades que busquem efetivamente promover a inclusão social.



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – RELATÓRIO TÉCNICO

6 – Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 04 Abr. 2017.

_____. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm> Acesso em: 04 Abr. 2017.

_____. **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm> Acesso em: 06 Abr. 2017.

_____. **Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nºs 10.048/00 e 10.098/00 e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm> Acesso em: 06 Abr. 2017.

_____. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L4024.htm> Acesso em: 18 Abr. 2017.

_____. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 18 Abr. 2017.

_____. **Lei nº 10.098, de 23 de março de 1994**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm> Acesso em: 18 Abr. 2017.

_____. **Lei nº 11.947, de 16 de Junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm> Acesso em: 20 Abr. 2017.

_____. **Lei nº 13.146/15, de 06 de Julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm#art111> Acesso em: 20 Abr. 2017.



BACHARELADO EM
ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA
MODALIDADE SEMI-PRESENCIAL



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – RELATÓRIO TÉCNICO

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994, 15p.

DURAN, M. G.; PRADO, A. R. A. **Acessibilidade nos estabelecimentos de ensino**. In. III Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores – Educação Inclusiva: direito a diversidade. Ensaios pedagógicos. Brasília. Anais...Brasília: Ministério da Educação, 2006. v. 1, p. 137-142.

DUTRA, Claudia Pereira. **Inclusão**. *Revista Educação Especial*. Brasília, v. 4, n. 1, jan. /jun. 2008, 61p.

FIGENBAUM, Joseane. **Acessibilidade no contexto escolar: tornando a inclusão possível**. Porto Alegre, 2009. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10183/33297>> Acesso em: 02 Abr. 2017.

FERREIRA, W. B. **Educação Inclusiva: será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos?** Brasil. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial. Inclusão – Revista da Educação Especial. Ano 1 – Nº 01 – Outubro de 2005, Brasília, DF.

GIL, M. (Coord.) **Educação Inclusiva: o que o professor tem a ver com isso**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005, 170p.

GLAT, R. & FONTES, R. de S. & PLETSCHE, M. D. **Uma breve reflexão sobre o papel da Educação Especial frente ao processo de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em rede regular de ensino**. In: Revista Inclusão Social: desafios de uma educação cidadã. Editora Unigranrio, nº 6, Duque de Caxias, RJ, p. 13-33, novembro de 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Pensando e fazendo educação de qualidade**. São Paulo: Moderna, 2001, 128p.

SANTANA, Elizabeth de Jesus. **Educação Inclusiva: as dificuldades encontradas nas escolas da rede pública de ensino**. Disponível em: < <http://www.webartigos.com>> Acesso em: 05 Abr. 2017.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 4ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002, 176p.

UNESCO. **Declaração de Salamanca. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade**. Salamanca, Espanha, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 04 Abr. 2017.